

As migrações diante dos processos históricos e atuais de expropriação

Célia Regina Vendramini¹

Sofia Andrade²

Resumo: O artigo aborda as razões do fenômeno da migração e seu crescimento na atualidade, com base nos processos históricos e atuais de expropriação associados à exploração da classe trabalhadora, os quais levam ao desenraizamento do indivíduo convertido em mercadoria. Tem como foco os trabalhadores migrantes e sua total disponibilidade para o capital, enquanto população supérflua, nos termos de Marx. Apresenta ainda alguns elementos iniciais de enfrentamento das opressões.

Palavras-chave: migração; expropriação; exploração; classe trabalhadora.

Abstract: The article discuss the reasons for the migration phenomenon and its growth today, based on the historical and current processes of expropriation associated with the exploitation of the working class, which lead to the uprooting of the individual converted into a commodity. It focuses on migrant workers and their total availability to capital, as a superfluous population, according to Marx. It also presents some initial elements of facing the oppression.

Keywords: migration; dispossession; exploitation; working class.

Introdução

Números massivos de pessoas estão em movimento no mundo hoje, seja como migrantes nacionais, internacionais ou como refugiados. De acordo com dados da ONU, o número de migrantes aumentou 50% desde 2000, contabilizando 245 milhões de pessoas. Sobre o deslocamento forçado por guerras, violência e perseguição no mundo, dados da ACNUR indicam 68,5 milhões de pessoas deslocadas à força no mundo. 41 milhões são deslocados internos, 25,4 são refugiados e 3,1 milhões solicitam refúgio. 44.400 pessoas são diariamente forçadas a deixar suas casas por causas de conflitos e perseguição, 20 pessoas a cada minuto³. No que se refere à migração interna, é mais difícil quantificar. A ONU estima em 740 milhões o total de migrantes internos no mundo (KING, 2010, p. 14). No Brasil, segundo dados do IBGE (2010), no período de 2005 a 2010, foram identificados 5.018.898 migrantes internos.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Ver: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>

A miséria, o desemprego, as guerras, os conflitos e perseguições, os desastres ambientais têm levado um número recorde de pessoas a deixar suas casas no mundo todo. Ao mesmo tempo, aumenta a violência, discriminação, racismo e xenofobia. Procuramos problematizar no texto as raízes desse processo, abordando os processos históricos e atuais de expropriação associados à exploração da classe trabalhadora, os quais levam ao desenraizamento do indivíduo convertido em mercadoria.

De acordo com Weil (apud BOSI, 1996), a condição proletária é a de desenraizamento. A expropriação dos meios de produção e de subsistência dos trabalhadores, tornando-os livres para vender a sua capacidade de trabalho – transformada em mercadoria - levou-os ao assalariamento. Segundo a autora, mesmo quando os assalariados permanecem geograficamente num local, moralmente foram desenraizados, exilados.

Assim como Weil aborda o desenraizamento operário, Frochtengarten (2009) trata do desenraizamento sertanejo no Brasil, como crise das formas de existência e ampliação do contato com áreas urbanas, impulsionando levadas migratórias em direção às cidades: “Provisória tornou-se a vida no lugar de nascimento.” (96) No sertão, o autor observou a falência do trabalho agrícola e as migrações que abalaram gravemente as raízes por meio das quais os homens relacionavam-se com o passado. “(...) as tradições chegaram-lhes como elementos de um passado mais contemplado do que assimilado, metabolizado e recriado como apoio a suas iniciativas. Coletividades acometidas pela doença cultural do desenraizamento já não cumprem a função de ligação do passado ao futuro.” (97). Frochtengarten analisa experiências de ruptura biográfica como dimensão psicológica do desenraizamento.

Beaud e Piloux (2006), nos seus estudos sobre os operários de uma indústria automobilística na França, nas décadas de 1980 e 1990, abordam as mudanças na condição do operário na fábrica, ou a desestruturação da antiga classe operária, não apenas seu (relativo) enfraquecimento numérico mas sobretudo político. A mudança do termo operário para “operadores” não é, segundo os autores, apenas uma mudança de palavras. Os primeiros transmitiam para seus filhos a herança operária, uma herança política. Os trabalhadores na atualidade já não deixam como herança para os filhos a tradição e memória de uma classe organizada. Observa-se assim o desenraizamento da cultura operária.

O processo de desenraizamento necessita da ruptura com a dialética passado, presente e futuro, apostando no eterno presente. Para revolucioná-lo, há necessidade de restabelecer esta dialética.

O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra coisa mais vital que o passado. (WEIL apud BOSI, 1996, p. 418)

Os trabalhadores migrantes e sua disponibilidade para o capital

Para a análise aqui requerida trabalhamos com o par dialético expropriação e exploração. Consideramos os processos históricos e atuais de expropriação pelos quais os trabalhadores tornam-se “livres” dos meios de produção da vida e subsistência e, portanto, disponíveis para o capital enquanto vendedores da sua capacidade de trabalho, em qualquer lugar e ramo produtivo.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. (MARX, 2008, p. 830)

Marx vai mostrar que expulsar e dispersar gente é um princípio inabalável dos proprietários. Deste modo, marca a história (originária e contemporânea) a expulsão de pessoas de suas terras, meios de subsistência, oficinas e ferramentas de trabalho. Os expulsos não são absorvidos pela indústria na mesma velocidade em que se tornam disponíveis. A maior parte se converte no exército industrial de reserva disponível para ser explorada pelo capital e sua necessidade de expansão. Cria-se assim uma população excedente que é recrutada ou é repelida, como podemos observar no movimento espacial dos migrantes, os quais encontram fronteiras abertas ou fechadas, de acordo com as necessidades do capital.

De acordo com Marx, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz ao mesmo tempo os meios que fazem dela uma população supérflua. “Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.” (MARX, 2008, p. 733)

Nesta perspectiva analítica, a migração não é um fenômeno extraordinário e nem uma anomalia a ser corrigida. Não é a exceção, mas a regra do capital. Está presente

desde a acumulação primitiva do capital e segue seu curso com as migrações forçadas que tomam lugar no mundo, como movimento incontrolável, não importa o quanto países se esforcem para aprovar meios de controle da imigração. Segundo Harvey (1996, p. 416), elas têm grande significado na formação da urbanização no século XXI como uma poderosa dinâmica não reprimida de mobilidade e acumulação de capital.

De acordo com Harvey (2014), a acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ já ocorreu, e seu processo agora tem a forma de reprodução expandida. O autor vai mostrar a persistência de práticas predatórias da acumulação primitiva no âmbito da história da acumulação de capital. Para tal, vai usar o termo “espoliação”. Nas palavras do autor, “como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’.” (p.121)

Ainda que todas as características da acumulação primitiva que Marx mencionou permanecem fortemente presentes, Harvey identifica elementos da acumulação do capitalismo contemporâneo, considerados mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação, como direitos de propriedade intelectual, biopirataria, destruição dos recursos ambientais globais, transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual e privatização de bens até então públicos, como universidades, além de nova onda de “expropriação das terras comuns”, como podemos observar em países da África, por exemplo.

Fontes (2010), na obra *O Brasil e o capital-imperialismo*, apresenta diferenças em relação às formulações de Harvey, particularmente no que diz respeito à contraposição entre expropriação e espoliação por ele realizada e o tema da produção de externalidades.

Harvey supõe que Marx trata a expropriação como um momento original (‘primitivo’), que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria *qualitativamente* diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital. (FONTES, 2010, p.63)

A autora assinala que Marx, em inúmeras passagens d’*O Capital*, reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sempre sucessivas expropriações, para além dos trabalhadores já “liberados” ou proletarizados. Portanto, a expropriação não é um fenômeno da origem do capital, ela é permanente e necessária para a continuidade da expansão e acumulação do capital. “As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista, e

que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista.” (FONTES, 2010, p.45).

Fontes (2010) propõe a distinção entre expropriação primária (originária do capital e do capitalismo, marcada pelo roubo e cercamento das terras rurais e pela constituição do trabalhador livre) e secundária (contemporânea, com elementos novos em relação à natureza, características, métodos e efeitos sociais, a qual diz respeito à disponibilização dos recursos e bens coletivos ao capital). Como exemplo deste processo, temos um conjunto de medidas e contrarreformas em curso no Brasil as quais visam extirpar os parques direitos sociais e trabalhistas e avançar no processo de privatização.

A problematização que fazemos desta distinção proposta por Fontes diz respeito à associação da expropriação primária com a expropriação da terra. No capítulo *A assim chamada acumulação primitiva* do livro *dO Capital*, Marx esclarece que a expropriação originária não se refere exclusivamente à expropriação da terra, também integra expropriação de outros meios de subsistência, meios de produção e também de direitos. Além disso, observamos na atualidade os contínuos processos de expropriação da terra e dos trabalhadores rurais.

Ainda que as análises de Harvey e Fontes contenham alguns aspectos contrapostos a serem problematizados, elas apresentam análises contundentes da realidade atual retomando uma categoria central – a expropriação - para compreender o processo de expansão e acumulação do capital. Deste modo evidenciam a continuidade e o aprofundamento dos processos de expropriação visando a reprodução e intensificação da exploração dos trabalhadores, relação social fundamental da produção capitalista.

O processo contínuo de expropriação se revela na disponibilidade crescente da população ao capital, no aumento da concorrência entre os trabalhadores, no crescimento da população supérflua, nos termos de Marx, e no agravamento da situação dos trabalhadores desprovidos de direitos. Nesse contexto, colocamos em debate a situação dos trabalhadores migrantes. O grande contingente de migrantes no mundo atual ocupa lugar periférico, em termos espaciais, ocupacionais, educacionais e de acesso aos serviços públicos. Podemos mencionar a classe trabalhadora informal global, com quase um bilhão de pessoas, segundo Davis (2004), constituindo a classe social de crescimento mais rápido e sem precedentes da Terra. A sobrevivência informal é o novo e principal meio de vida da maioria das cidades do chamado “terceiro mundo”.

A redução do trabalho vivo e aumento do desemprego, bem como das ocupações sem contrato de trabalho, informais, flexíveis, temporárias e precárias tem empurrado grandes contingentes populacionais para diferentes direções. Não há barreiras territoriais, culturais ou de linguagem para a busca pela sobrevivência. A mobilidade tem sido crescente e tem mudado ou reinventado, nos termos de Davis (1999), muitas cidades e também o campo. Além disso, tem contribuído para derrubar fronteiras que ainda restam entre rural e urbano, concentrando trabalhadores no entorno das cidades, ou no espaço periurbano.

No Brasil, milhares de trabalhadores saem do campo em direção à cidade a partir do início do século XX. Trabalhadores rurais migram para novas fronteiras agrícolas, como a região centro-oeste e norte do país, como estratégia de sobrevivência. Trabalhadores do Nordeste do Brasil se deslocam para o Sudeste e Sul. Agricultores veem sua terra ser inundada pela construção de hidrelétricas e são levados a se mover para outros lugares. Cidades são destruídas pelo colapso criminoso de barragens expulsando pessoas. Trabalhadores das minerações e pescadores sofrem com a devastação e os crimes ambientais, sendo obrigados a se deslocar e criar novas formas de sobrevivência. Famílias sem-terra ocupam áreas improdutivas e lutam pela conquista de terra em novos lugares. Jovens e adultos saem do Brasil para trabalhar no verão na Itália, Alemanha, Portugal, Estados Unidos e outros países. Deste modo, parte da população vai se deslocando para diferentes direções formando uma massa de trabalhadores disponível ao capital, sendo este um exemplo da simbiose contemporânea entre expropriação da terra e exploração ampliada do trabalho.

Entretanto, tal processo não tem início no século XX no Brasil, ainda que este assumira um caráter diferenciado no novo modo de produção fundado na expropriação e exploração. A problemática da migração está presente desde a colonização do país pelos portugueses com a chegada dos colonos, pela migração forçada dos negros escravizados da África que durou mais de três séculos e que tinha como principal destino até 1700 os engenhos de açúcar da Bahia e Pernambuco. (GRAHAM, 2002 apud CASTRO; GODOY, 2016). No final do século XVIII e início do século XIX um grande número de imigrantes europeus chega ao Brasil para trabalhar nas fazendas de café. Embora a predominância de imigrantes tenha sido no meio rural, muitos foram parar nas grandes cidades. Em São Paulo os imigrantes compunham a maior parte dos trabalhadores industriais no início do século XX.

No que se refere à migração interna, as levadas de pessoas oriundas do Norte e Nordeste do Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida marcam a construção do nosso país. No século XVII muitos partiam da Zona da Mata rumo ao sertão, no século XVIII se dirigiam à região das minas de ouro. No século XIX os principais destinos eram as plantações de café do Sudeste e o seringalismo na Amazônia, essas migrações foram incentivadas por passagens distribuídas pelo Estado. Há também deslocamentos para áreas úmidas, movimento referido como "bandeiras verdes" que se dirigiam para o sul do Pará e o oeste do Maranhão "terra onde as folhas nunca secam". (FERREIRA, 2012, p.2)

As migrações ocorridas nos oitocentos, geradas pela fome, miséria e falta de emprego são intensificadas pela seca. Tomando como exemplo a seca de 1877-1879, Ferreira (2012) analisa a seca como elemento adicional importante de incentivo às migrações, mas também às formas de apropriação da terra, os regimes de trabalho e a estrutura agrária nordestina. Estrutura esta baseada no latifúndio, baixo grau de produtividade, falta de acesso à terra de milhões de trabalhadores do campo, crise dos tradicionais sistemas de arrendamento e concentração fundiária. A população é levada a migrar em função da fome e da miséria e pela falta de oportunidades de emprego. (CÂNDIDO, 2014)

As dimensões dessa tragédia humana são medidas nas péssimas condições de trabalho nas obras de socorro público que levavam a um grande número de mortes (pela falta de comida, péssima condição de trabalho e habitação) em uma irônica proporção de aumento da malha férrea da região e da expansão urbana para o sertão. Através das obras de socorro o Governo da Província executava um controle social diante da calamidade e, ao mesmo tempo, explorava a mão de obra dos sertanejos que com suas famílias migravam em busca de melhores condições de vida. (CÂNDIDO, 2014)

Tal movimento expressa a expansão do capital na direção da acumulação. Conforme Marx (2008), o processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a quantidade dos "pobres laboriosos", isto é, dos assalariados que transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital. "Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente." (MARX, 2008, p. 733)

A população trabalhadora excedente constitui o “exército industrial de reserva” (MARX, 2008) disponível que pertence ao capital e sempre pronto para ser explorado. Assim, grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas em diferentes ramos de produção ou diferentes locais.

Sassen (2016), na sua obra *Expulsões*, observa o surgimento de novas lógicas de expulsão, relacionadas com formais atuais de acumulação, especialmente ligadas ao crescimento da quantidade de pessoas, empresas e lugares expulsos das ordens sociais e econômicas centrais de nosso tempo. Segundo a autora, “a acumulação primitiva é executada por meio de operações complexas e de muita inovação especializada, que vai desde a logística das terceirizações até os algoritmos das finanças.” (p. 21). Como tipos agudos de expulsões, aponta o crescimento da população deslocada e o rápido aumento da população encarcerada.

De acordo com as pesquisas que vimos desenvolvendo⁴, observamos a predominância entre os trabalhadores migrantes do trabalho simples, irregular, inseguro, informal, mal remunerado, precário, em síntese, o trabalho explorado, o qual atende as necessidades de acumulação do capital e não as necessidades dos trabalhadores. Estes recebem salários muito baixos e, portanto, precisam vincular-se a mais de um tipo ou contrato de trabalho. Além disso, toda a família precisa trabalhar. Segundo relato de jovens nos grupos focais realizados com estudantes do ensino médio de escolas públicas de Florianópolis⁵, eles arcam com parte das despesas da casa (contas de luz, aluguel), bem como com despesas próprias (transporte, alimentação, roupas, aparelhos de celular, despesas com lazer e outros). Há ainda o caso de jovens (particularmente os que migraram de outros estados) que moram com amigos ou parentes ou com namorados/companheiros, sem o apoio da família. Portanto, estes precisam trabalhar para arcar com todas as despesas da casa.

Na pesquisa com estudantes migrantes da Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis⁶, as ocupações identificadas entre eles foram, predominantemente construção civil, além de comércio, hotelaria e restaurantes, serviços gerais e de limpeza.

4 Trata-se do projeto de pesquisa “Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores”, coordenado por Célia Regina Vendramini (2017)

5 Trata-se da pesquisa “Juventude pobre e escolarização: relações com a escola, o trabalho e a cultura em territórios de precariedade”, coordenada por Luciana Marcassa (2017).

6 VENDRAMINI (2017)

Conforme pesquisa desenvolvida por Frochtengarten (2009) com estudantes migrantes do supletivo em São Paulo, estes eram empregados de residências e condomínios (65%), prevalecendo as empregadas domésticas (45%). Era também significativa a parcela de alunos do comércio e prestação de serviços (19%). Cerca de dois terços tinham mais de dez horas de trabalho ao dia. A jornada começava cedo e na maioria dos casos ocupava o sábado. Mais da terça parte dormia no local de serviço ao menos de segunda a sexta-feira. O autor observou ainda a instabilidade no cotidiano dos estudantes: mudanças de emprego, casa, viagens, gestações e transações financeiras (gastos e empréstimos).

De acordo análise de Antunes (2018), na obra *O privilégio da servidão*, os migrantes constituem a ponta mais visível do *iceberg* no que diz respeito à precarização das condições de trabalho no capitalismo atual. Com base nos estudos do italiano Pietro Bassi, indica que os espaços principais de trabalho do imigrante são: indústrias, construtoras, hotéis, restaurantes, hospitais, empresas de limpeza etc, recebendo os salários mais baixos, nos horários mais inadequados, com jornadas noturnas e finais de semana. Os:

salários são ainda inferiores e, muitas vezes, não são pagos. Com muita frequência, esses trabalhadores recebem menos do que deveriam realmente receber pelo contrato, mesmo porque a qualificação que lhes é atribuída, quase nunca corresponde às suas reais competências; isso ocorre muito no caso de pequenas empresas, que são, no final, aquelas que mais recorrem aos imigrantes. A eles cabem, em geral, as tarefas mais duras, perigosas, insalubres: na Itália, por exemplo, segundo os dados oficiais, com os imigrantes há o dobro de acidentes no trabalho em comparação com os nativos. (BASSI apud ANTUNES, 2018, p. 73)

Além disso, os imigrantes sofrem as discriminações no trabalho, no acesso ao trabalho, à casa, ao local de moradia, às escolas. Segundo Bassi (apud Antunes, 2018), são discriminados ainda na possibilidade de manter unida a própria família e, se forem islâmicos, são discriminados por professar sua religião, suspeitos como “terroristas”.

Enfrentando opressões

A condição de vida e trabalho dos migrantes, conforme descrito brevemente acima, indica que estes são potencialmente “portadores de aspirações igualitárias e antirracistas, mesmo que em meio a mil contradições, oportunismos e individualismos”, segundo Bassi (apud ANTUNES, 2018, p. 74). Tomando o caso italiano como referência, o autor observa avanços na ação sindical dos imigrantes.

Não temos elementos suficientes para abordar as possíveis ações e organizações dos trabalhadores migrantes. Sabemos das dificuldades para tal, especialmente os que se

encontram em condição ilegal nos países de destino e devido ao aumento do desemprego e à concorrência entre os trabalhadores.

O que podemos afirmar é que a condição a que os trabalhadores são lançados no mercado e na produção enquanto vendedores da sua capacidade de trabalho em relações de exploração, transformados portanto em mercadoria, cria uma condição de subordinação mas também de insatisfação. Carregam potencialmente a rebeldia.

Além disso, constituem-se como trabalhadores mundiais. Assim como o capital se move para diferentes locais e setores produtivos, da mesma forma os trabalhadores buscam trabalho onde este estiver disponível. Conforme análise de Silver (2005), para onde vai o capital o trabalho vai atrás, e junto com ele a insatisfação dos trabalhadores e formas de organização. Desse modo, os trabalhadores vagueiam pelo mundo em busca de trabalho, conforme formulação de Hobsbawm (1991).

Tal movimento é permeado de contradições. Por um lado aumenta a concorrência entre os trabalhadores na disputa por trabalho e acentuam-se as diferenças segundo as linhas de gênero, raciais, local de origem. Marx observava tal problemática em relação aos conflitos entre os ingleses e os irlandeses, sendo os últimos a mão de obra mais barata na Europa no século XIX, marcada por péssimas condições de trabalho, moradia e alimentação. *“(...) a acumulação primitiva ... não era simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e capital. Foi também um acúmulo de diferenças e divisões dentro da classe operária, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas do domínio de classe e da formação do proletariado moderno.”* (FEDERICI, 2017, p. 64)

Por outro lado, há solidariedade entre os migrantes que se encontram na mesma situação, inventando formas de resistir e lutar contra a sua condição de vida e de trabalho, bem como contra as discriminações e opressões. Redes de apoio são criadas, conhecidos e familiares recebem os novos migrantes, acolhem em suas casas, buscam por meio de suas relações conseguir trabalho aos que chegam.

Muitos desafios se colocam para a organização da classe trabalhadores, dentro dela os migrantes, especialmente diante da enorme heterogeneidade no interior da classe, do aumento do desemprego e da precarização do trabalho, da retirada de direitos, das formas várias de opressão e da criminalização das formas de luta e organização. Há necessidade urgente de superar as barreiras, não apenas aquelas que impedem ou

dificultam os trabalhadores e suas famílias de migrar, mas as barreiras que se impõem para impedir rebeliões.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França, 2005). *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v.18, n. 1, jun. 2006.

BOSI, Eclea (Org.). *Simone Weil. A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2.ed. Trad. de Therezinha Gomes Garcia Langlada. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CÂNDIDO, Tyrone. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

CASTRO, Renan; GODOY, Marcos. *Estado, migração e escravidão no Brasil: seletividade e reflexos na atualidade*. Encontro Nacional dos Estudos Populacionais, 2016. Anais.

DAVIS, Mike. Planet of slums. *New Left Review*. London, March-april 2004, p. 5-34.

DAVIS, Mike. Magical urbanism: latinos reinvent the US big city. *New Left Review*. London, March-April 1999, p. 3-43.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3.ed. Rio de Janeiro: EPSSJV; Editora UFRJ, 2012.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Marcia. *Memória dividida: historiografia da migração de nordestinos e narrativas orais de migrantes nordestinos para o Médio Mearim- Maranhão*, 2012.

Disponível em:

<https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340403>

785_ARQUIVO_textocompletoabho.pdf. Acesso em 31 de março de 2019.

FROCHTENGARTEN, Fernando. *Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes*. São Paulo: Summus, 2009.

HARVEY, David. *Justice, nature, and the geography of difference*. Cambridge/USA; Oxford/UK: Blackwell Publishers, 1996.

- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 8.ed. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010 – Resultados gerais da amostra*, 2010.
- KING, Russell. *People on the move: on atlas of migration*. Califórnia, University of California Press, 2010.
- MARCASSA, Luciana Pedrosa. *Juventude pobre e escolarização: relações com a escola e a cultura em território de precariedade*. Projeto de pesquisa. Florianópolis, 2014.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Trad. de Angélica Freitas. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SILVER, Beverly. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- VENDRAMINI, Célia Regina. *Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores*. Projeto de pesquisa. 2017.